

ASPECTOS DA ÉTICA EM GRAMSCI: UTOPIA COMO IDEIA-LIMITE NA REFORMA INTELECTUAL E MORAL¹

Cezar Luiz De Mari²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0404-0328>

cezar.demari@ufv.br

RESUMO: Neste artigo analisamos a ética em Antonio Gramsci (1891-1937), a partir dos escritos originais deste autor, bem como da produção científica sobre o tema. A relevância deste recorte analítico e metodológico é fundamentada nos aspectos da ética, tratados em toda a sua obra, entrecortados por temas relativos aos governantes e governados, cujo ponto de partida constituiria o fundamento ético da política, como base ancorada na história. A temática é atual e relevante para interpretar a realidade contemporânea, apesar de não haver um tratamento sistemático sobre ética pelo autor ou a preocupação com o estabelecimento de linhas epistêmicas para o debate neste campo. Neste sentido é possível afirmar que em Gramsci a ética se estabelece na “Utopia como ideia-limite”, impulsionada pela perspectiva marxista da passagem do “reino da necessidade para o reino da liberdade”, ancorada na *filosofia da práxis* como perspectiva de formação dos grupos e classes subalternos para uma reforma intelectual e moral.

Palavras-chave: Gramsci. Ética. Vontade. Política. Reforma intelectual e moral.

ASPECTS OF ETHICS IN GRAMSCI: UTOPIA AS A LIMIT-IDEA IN INTELLECTUAL AND MORAL REFORM

ABSTRACT: In this article, we analyze ethics in Gramsci (1891-1937), based on the author's original writings, as well as on the scientific production on the subject. The relevance of this analytical and methodological approach is based on the aspects of ethics, addressed throughout his work, composed with themes related to rulers and ruled, whose starting point would constitute the ethical foundation of politics, anchored in history. The theme is current and relevant to interpret contemporary reality, despite there being no systematic treatment of ethics by the author or concern with establishing epistemic lines for debate in this field. In this sense, it is possible to affirm that in Gramsci, ethics is established in “Utopia as a limiting idea”, driven by the Marxist perspective of the transition from the “realm of necessity to the realm of freedom”, anchored in the philosophy of praxis as a perspective for the formation of the subalternized groups and classes for an intellectual and moral reform.

Key words: Gramsci. Ethic. Will. Politics. Intellectual and moral reform.

ASPECTOS DE LA ÉTICA EN GRAMSCI: LA UTOPIA COMO IDEA-LÍMITE EN LA REFORMA INTELECTUAL Y MORAL

RESUMEN: En este artículo analizamos la ética en Gramsci (1891-1937), a partir de los escritos originales del autor, así como de la producción científica sobre el tema. La relevancia de este enfoque analítico y metodológico se fundamenta en los aspectos de la ética, abordados a lo largo de su obra, intercalados con temas relativos a gobernantes y gobernados, cuyo punto de partida constituiría el fundamento ético de la política, anclado en la historia. El tema es actual y relevante

¹ Este artigo foi editado como capítulo do Livro: MARI, Cezar Luiz De. *10 Lições sobre Gramsci*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003, p. 131-146, tendo como título: *Ética: Da Necessidade à Liberdade*. Essa versão foi revisada e atualizada. A tradução dos trechos em língua italiana para a língua portuguesa é de responsabilidade do autor.

² Docente do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais (MG), Brasil.



para la interpretación de la realidad contemporánea, a pesar de que no existe un tratamiento sistemático de la ética por el autor e ni una preocupación por establecer líneas epistémicas para el debate en este campo. En este sentido, es posible afirmar que, en Gramsci, la ética se establece en la “utopía como idea límite”, impulsada por la perspectiva marxista del paso del “reino de la necesidad al reino de la libertad”, anclada en la filosofía de la praxis como perspectiva para la formación de los grupos y clases subalterizados para una reforma intelectual y moral.

Palabras clave: Gramsci. Ética. Voluntad. La política. Reforma intelectual y moral.

INTRODUÇÃO

Com este texto temos o objetivo de apresentar a discussão sobre a ética em Antonio Gramsci (1891-1937) para compreender o tempo presente, sobretudo os desafios da luta social hoje. Nesta perspectiva, analisamos na literatura corrente algumas referências à temática da ética e sua abordagem nos textos originais do autor.³ Fizemos o recorte tendo presente a advertência metodológica feita por Georg Lukács: “(...) não se deve buscar em Gramsci um elenco de respostas prontas para os problemas do presente. Para ser corretamente avaliado, Gramsci precisa ser situado historicamente, ser compreendido no seu meio, na sua situação” (Lukács, 1969, p. 2).

Nesta mesma perspectiva, Joseph Buttigieg indica que é preciso

ser prudente e estar em alerta crítico ao lidar com a aplicação direta das ideias e conceitos que derivam de Gramsci em um mundo afastado daquele no qual este viveu. O mesmo segue verdadeiro sempre que nos deparamos com esforços para demonstrar a continuação da relevância de Gramsci. Muitas vezes no passado estes exercícios acarretaram distorções e interpretações equivocadas, às vezes sem intenção, outras motivadas ideologicamente, que tiveram grande circulação em muitos lugares e se tornaram difíceis de corrigir (Buttigieg, 2017, p. 4)⁴.

Sabemos que os estudos e debates sobre ética, tão caros para o momento atual, pouco têm como interlocutor central a obra de Gramsci, já que é uma constatação comum aos estudiosos do autor a observação que não há um tratamento sistemático sobre o tema, tampouco a preocupação com o estabelecimento de linhas epistémicas para o debate no campo da ética. No entanto, encontramos aspectos da ética tratados em toda sua obra, articulados pelos temas relativos aos governantes e governados. A política constituiria o fundamento da ética como base ancorada na história, em

³ Utilizamos como base para esse artigo, a versão dos *Quaderni*, organizada por Valentino Gerratana, editada em 1975.

⁴ Também é recomendada a leitura do texto de Buttigieg (1998), intitulado *O método de Gramsci*, em que é desenvolvida análise de certos grupos intelectuais italianos sob a rubrica brescianismo e lorianismo, para entender a contaminação do pensamento crítico pelo positivismo e o cientificismo.

oposição a qualquer universalismo tipo “Tu Deves” kantiano, que reduz a ética ao campo individual e truista. A posição de Gramsci sobre a ética representa o momento crucial do mais amplo pensamento crítico-filosófico dirigido a recuperar o papel da subjetividade ético-política no âmbito da *filosofia da práxis* (Cacciatore, 2004, p. 3, destaque nosso).

Considerando o exposto, organizamos o texto a partir de um levantamento sobre o tema da ética nos *Quaderni del cárcere* acompanhado por comentadores.

ÉTICA: UTOPIA COMO IDEIA-LIMITE

É possível afirmar que, em Gramsci a ética se estabelece na “utopia como ideia-limite”, impulsionada pela perspectiva marxista da passagem do “reino da necessidade para o reino da liberdade”⁵. A ética compõe a abordagem sobre a *filosofia da práxis*, sobre os desdobramentos do fascismo e acerca das razões pelas quais a possibilidade da revolução socialista não houvera se materializado na Itália e, pressupõe a elevação cultural das massas populares e não apenas de pequenos grupos intelectuais. “A *filosofia da práxis* não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior” (Q 11, § 12, p. 1384, grifo nosso)⁶. A superação dos diversos níveis de consciências que habitam o homem ativo de massa se dá na luta pela hegemonia, primeiro no campo ético e depois no campo político. Uma filosofia que se pretenda um movimento cultural “se torna ‘histórica’, depurada dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em vida” (Q 11, § 12, p. 1382).

Em Cacciatore (2004) observamos que é pertinente reconhecer a ética como uma das dimensões da obra gramsciana, sem correr o risco de fazer de Gramsci um sistematizador da temática: “Não parece infundada uma linha interpretativa dirigida a privilegiar como um dos maiores aspectos a permanência de uma produtiva atualidade da reflexão gramsciana e a centralidade do elemento ético nos processos de transformação histórico-crítica da *práxis* humana” (Cacciatore, 2004, p. 352).

⁵ Tratamos do significado da ética a partir da perspectiva histórica e revolucionária de Gramsci, onde a mesma é dimensão constituinte da realidade humana em processo de autoconstrução.

⁶ Orientamos o leitor sobre a forma da referência utilizada para os escritos originais de Gramsci: Q = refere-se ao número do Caderno; § = parágrafo; em seguida a página correspondente.



O autor supracitado localiza a ética gramsciana articulada à *filosofia da práxis* e na sua realização como política, com vistas na reforma intelectual e moral, indo na contramão de determinadas abordagens subjetivas e voluntaristas atribuídas ao pensador.

A convicção de que Gramsci pode com pleno título comparar-se com as mais cautas tendências do debate do séc. XX, sobretudo na fase atual em que este parece querer invadir não somente a filosofia e a política, senão também a ciência e as condutas da vida, talvez encontre sua melhor confirmação na busca contínua dos nexos entre a historicidade do real e a formação de opiniões individuais e coletivas, entre uma realidade que é historicamente relativa e os múltiplos sentidos comuns que esta realidade modifica no momento mesmo em que contribuem em modificá-la (Cacciatore, 2004, p. 359).

Na mesma direção, Montilla (2012) indica que

Gramsci não escreveu nenhum tratado de ética normativa. E não era um filósofo acadêmico nem um político corrente, especialmente preocupado com a própria imagem. Dedicou muito poucas páginas a esclarecer sua própria concepção da ética. Como outros grandes filósofos da *práxis* falou e escreveu pouco sobre ética (Montilla, 2012, p. 1).

O comentador acentua, porém, duas dimensões da ética a serem compreendidas, a primeira, em relação a sua vida, seu modo coerente e convicto de viver as relações privadas; a segunda, no campo da reflexão sobre os princípios da ação. Nesta última, assinalam-se ao menos três grandes eixos a serem estudados: “idealismo moral; premissas da política entendida como ética do coletivo; e revisão historicista e realista do imperativo categórico kantiano” (Montilla, 2012, p. 3).

Tortorella (1998), por sua vez, enfoca a necessidade da discussão das temáticas de política e ética em Gramsci, uma vez que é um campo de problematização relevante da *práxis* revolucionária, indo além da dimensão da ética pessoal, normalmente destacada. O mesmo autor concorda que fora da história essa temática pode deslizar ao relativismo.

Os critérios utilizados por Gramsci para a afirmação da necessidade de princípios estão vinculados à política, isto é, à construção de uma reforma intelectual e moral. “[...] sendo eles: a) a permanência no tempo; b) a coerência interna; c) a capacidade de constituir elites dirigentes, grupos dirigentes capazes de ser exemplares” (Tortorella, 1998, p. 10).

Ampliando a abordagem, Coutinho (2009) problematiza uma das questões centrais do ponto de vista ético que é o conceito *de* ‘vontade’. Apesar da origem idealista, com raízes no *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau, o tema encontrará um terreno fértil em Gramsci na articulação com os conceitos de ‘vontade coletiva’ e ‘reforma intelectual e moral’. Para Coutinho (2009, p. 41), “A vontade coletiva continua tendo um papel importante na construção da ordem social, não mais como ‘plasmadora’ da realidade, mas sim como um momento decisivo que se articula com as determinações que provêm da realidade objetiva, particularmente das relações sociais de produção”.

No *Quaderni 11*, Gramsci trará algumas análises sobre o imperativo categórico desenvolvido por Immanuel Kant (1724-1804)⁷, questionando a pretensão universalista a respeito do significado de “condições similares” na sua proposição sobre ética. A perspectiva apresentada por Kant levaria a compreender que as verdades historicamente dadas são absolutas e definitivas.

Sobre a máxima kantiana “Atua de tal maneira que a tua conduta possa tornar-se, em **condições similares**, uma norma para todos os homens” (Q 11, § 58, p. 1484, grifo nosso), Gramsci levantará a questão se a máxima se refere às ações imediatas, ou é relativa às condições gerais, mais complexas e orgânicas, exigindo uma análise criticamente elaborada? Ao que segue sua resposta, no sentido de demonstrar que a máxima se refere a uma espécie de truísmo onde cada um irá agir pensando em ser racional: “Quem rouba por fome acredita que quem tem fome também roubaria; quem mata a mulher infiel acredita que todos os maridos traídos deveriam matar, etc. Só os ‘loucos’ em sentido clínico atuam sem acreditar que estão atuando corretamente” (idem).

Gramsci pergunta-se também se Kant estaria tratando das ‘condições similares’ no sentido socrático “na qual a vontade moral tem sua base no intelecto, na sabedoria, pela qual a má ação é devida à ignorância, etc., e a busca do conhecimento crítico é a base de uma moral superior ou da moral pura e simplesmente?” (idem). Todavia, em seguida, conclui que as ‘condições similares’, do modo como são tratadas, tendem a ser interpretadas numa perspectiva individual de quem observa a regra moral a partir de um ponto de vista abstrato: “é difícil encontrar alguém que não atue acreditando encontrar-se nas condições em que todos atuariam como ele [...]. Portanto, aquele que

⁷ Immanuel Kant (2007) tratará da questão do Imperativo Categórico em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, escrita em 1835, buscando o fundamento da ação moral na razão. A moral é baseada nos princípios da razão, é universal e necessária, portanto, independe das condições sociais e históricas segundo o autor.



atua é o portador das ‘condições similares’, ou seja, o criador delas: isto é, ele ‘deve’ atuar segundo um ‘modelo’ que gostaria de ver difundido entre todos os homens [...]” (Q 11, § 58, p. 1485). Ou seja, a visão do “imperativo categórico” expressa uma concepção que remete ao período iluminista onde se pressupunha uma única cultura, onde todos pensariam do mesmo modo. Essa perspectiva ética é, no entendimento de Gramsci, individual e truista.

Ampliando a discussão, Gramsci (1975) irá problematizar a história como critério para a compreensão da ética, no sentido de que a ação humana é sempre circunstanciada pelas condições dadas. Essa posição incorporada na *filosofia da práxis* irá sustentar a concepção de ação historicista e coletiva, colocando na base da ética a “vontade”, evitando o solipsismo ou o idealismo. “Uma vontade racional, não arbitrária, que se realiza na medida em que corresponde às necessidades objetivas históricas, isto é, em que é a própria história universal no momento da sua realização progressiva” (Q 11, § 59, p. 1485).

O historicismo é o fundamento, no sentido de que a ética não é construída por princípios universais como compreendiam os intelectuais individuais, tais como Kant. Para Gramsci,

Todas as filosofias (os sistemas filosóficos) que existiram até hoje foram as manifestações das íntimas contradições que dilaceram a sociedade. Mas cada sistema filosófico, tomado em si mesmo, não foi a expressão consciente destas contradições, já que tal expressão poderia ser dada pelo conjunto em luta entre si (Q 11, § 62, p. 1486).

O ponto de partida e chegada da ética na perspectiva gramsciana é a história problematizada na *filosofia da práxis*, buscando demonstrar que não existe uma realidade “em si mesma e para si, mas em relação histórica com os homens que a modificam, etc.” (Q 11, § 59, p. 1486). Ou então na seguinte passagem onde observa que:

A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma 'natureza humana' abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência), mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os métodos da filologia e da crítica (Q 13, § 20, p. 1598-1599).



A finalidade da história, do ponto de vista ético, seria a passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade, que dependerá dos movimentos teóricos e práticos construídos e incorporados pelos grupos subalternos.

É problematizada também a dimensão ética quando Gramsci trata do papel da educação e do intelectual na perspectiva de uma reforma intelectual e moral. Sua crítica ao projeto de reforma da educação italiana implantada por Giovanni Gentile⁸ busca explicitar o projeto fascista de formação do trabalhador, ancorado na perspectiva fordista limitada à técnica, permitindo que somente os filhos e filhas dos grupos dominantes acessem a formação integral. Por outro lado, analisa a função do intelectual que emerge das novas relações industriais e sua função na passagem da organização corporativa do trabalho para a perspectiva política do mesmo.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político) (Q 12, § 3, p. 1551).

Mais precisamente, não há qualquer reforma sem a mediação do “sujeito coletivo”, aquele inspirado no ‘Príncipe’ de Maquiavel, cuja determinação em princípios éticos superiores converge ao crescimento humano e, para a superação das contradições que submetem os diversos grupos e classes à condição subalternizada.

Para Gramsci (Q 12), há muito mais sentido em resolver ao menos dois problemas do campo ético para a reforma intelectual e moral: o primeiro é relativo às características permanentes ou não da concepção ética, e o segundo, a depender das características da moral, se haveria ou não a

⁸ Giovanni Gentile nasceu em 1875, It., morreu em 1944, It., foi filósofo, político e educador. Destacou-se pelas posições neoidealistas hegelianas na obra *Teoria generale dello spirito come atto puro* (1916), dedicada a Benedetto Croce. Tomou parte do governo fascista de Benito Mussolini (1922-1943) exercendo o cargo de Ministro da Instrução Pública de 1922 a 1925. Na função de Ministro procedeu reformas profundas no campo educacional acompanhando as tendências do industrialismo ajustando os currículos escolares e a estrutura do ensino público italiano. Esta reforma foi objeto de crítica de Gramsci no *Quaderni 12*, ao aprofundar a diferenciação escolar para os alunos de diferentes classes sociais. Em nome da modernização dos currículos, Gentile procede uma reforma que reduz a formação integral e humanista na escola, tornando a formação técnica o único caminho para os filhos de trabalhadores.



possibilidade da “dupla verdade”, ou seja, do relativismo. Com base nesses dois problemas, ele se perguntará se seria possível uma elite dirigente para educar as multidões e ser exemplar?

Em relação aos momentos de crises históricas, tendo como exemplo a ascensão do fascismo na Itália, um dos riscos possíveis é o fatalismo que se manifestará na desagregação de determinada concepção moral. O pensamento fatalista fortalece a concepção conservadora de ‘natureza’ e se exaspera em determinados momentos por não encontrar mais correspondência nos modelos idealizados de conduta. Uma das consequências disso é a desresponsabilização do indivíduo sobre suas ações, diluída numa pretensa responsabilidade social abstrata e inalcançável. O modelo de conduta do ambiente inspirado pelo fatalismo

servirá às vezes para levar à indulgência em relação aos indivíduos e dará material para a educação, mas não deve nunca se tornar ‘justificação’ sem conduzir necessariamente a uma das formas mais hipócritas e revoltantes de conservadorismo e ‘reacionarismo’ (Q 16, § 12, p. 1878).

Nesse sentido, Gramsci coloca a reforma intelectual e moral em novas bases éticas, aprofundando as relações concretas da história dos grupos e classes subalternas, e nelas vendo as possibilidades de avanços para a hegemonia. Não cabe, em sua concepção ética, qualquer posição idealista, solipsista, relativista ou fatalista, mas tão somente o processo histórico coletivo.

FOLCLORE, “MORAL DO POVO” E A QUESTÃO SEXUAL

A discussão de Gramsci com Giovanni Crocione⁹, no *Quaderni* 27, a respeito do que seria folclore, levanta alguns aspectos éticos sobre a “moral do povo”. Ele pergunta se o folclore é cultura morta e deve ser analisado apenas como fator ‘pitoresco’? Concluirá que o folclore deve ser estudado

⁹ Crocione nasceu em Arcevia - It, 1870, e faleceu em Reggio Emilia – It, em 1954. Intelectual que estudou filologia de inspiração tardopositivista, dedicou-se aos estudos da cultura italiana, com contribuições no campo da Opera Dantesca, e também ao campo do folclore. Sobre o folclore realizou, dentre outros o estudo intitulado *Le Regioni e la cultura nazionale* (1914), dedicada a Benedetto Croce. Nela defende a autonomia da cultura popular e regional para compreender o papel da escola e da cultura na vida do país. Foi professor livre docente da Universidade de Bologna a partir de 1913. No campo educacional realizou estudos e debates, especialmente sobre a modernização da escola secundária (ensino médio), empenhou-se no início do século, dentre outros, nos debates a respeito da superação da Lei Casati, em vigor desde 1859.



como ‘concepção de mundo e de vida’, mesmo que de modo não sistemático e desordenado, pois às classes subalternas não lhes foi permitida a sistematização, mas apenas a produção de concepções fragmentárias, ora mais grosseiras, ora mais refinadas, que se somam na realização de uma determinada hegemonia.

É verdade, assim, que existe uma “moral do povo”, entendida como um conjunto determinado (no tempo e no espaço) de máximas para a conduta prática e de costumes que delas derivam ou que as produziram; moral que é estritamente ligada como superstição, às reais crenças religiosas: existem imperativos que são muito mais fortes, persistentes e efetivos do que os da “moral” oficial (Q 27, § 1, p. 2313).

A ‘moral do povo’, é a expressão para a qual Gramsci compreenderá um conjunto múltiplo de relações, incluindo todo o debate sobre o senso comum. Se na “moral do povo” os simples reproduzem as condutas aguardadas pelas classes dominantes, numa crítica à mesma deve emergir um novo senso comum, capaz de unificar o pensamento e a ação numa concepção mais ampliada de mundo, portanto numa nova relação ético-política.

No *Quaderni* 22, o autor tratará da problemática sexual e de um certo ‘puritanismo’ como tema relevante para compreender a busca do fordismo por imprimir determinadas condutas morais nos trabalhadores:

os progressos da higiene, que elevaram a vida humana média, colocam cada vez mais a questão sexual como um aspecto fundamental e específico da questão econômica, aspecto capaz de colocar, por seu turno, complexos problemas do tipo ‘superestrutural’ (Q 22, § 3, p. 2149).

A questão sexual é analisada com foco na sexualidade feminina sobre a qual ele assim se refere: “A mais importante questão ético-civil ligada à questão sexual é a formação de uma nova personalidade feminina” (Idem). Enquanto não se desenvolverem a autonomia e independência da mulher em relação aos homens, também os aspectos sexuais permanecerão num nível de morbidez cujas implicações chegam até o campo legislativo.

Na perspectiva do sistema industrial havia também a necessidade da criação de uma nova ética sexual adaptada aos métodos modernos de produção e de trabalho, e a tendência em relação a



mulher era desenvolver-se numa linha de autonomia controlada, ou então em formas de dupla moral, uma para as trabalhadoras e outra para as mulheres das classes dominantes. O próprio Henri Ford (1863 – 1947) reconhece a questão sexual como fator decisivo para a produção industrial, o que permite a Gramsci a seguinte constatação “[...] a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também racionalizado” (Q 22, § 3, p. 2150).

Neste mesmo *Quaderni*, Gramsci trata das questões éticas e seus vínculos com o mundo da produção. A primeira questão apresentada refere-se ao “puritanismo”, incentivado pelos grupos industriais americanos, na busca da formatação dos comportamentos dos operários. Para o autor, “[...] as iniciativas ‘puritanas’ têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção” (Q 22, § 11, p. 2166).

Da mesma forma, encaixam-se os esforços investigativos da vida íntima dos operários, com objetivos proibitivos, o controle do álcool e da vida sexual. A coerção de todo o processo criativo é também finalidade desse modo de produção, incluindo mediações para a conduta no trabalho de modo a coagir qualquer movimento que possa impedir os avanços organizativos e autônomos. Desse modo, o industrial americano irá se preocupar menos com a ‘conduta humanista’ e mais com os aspectos físicos e psíquicos dos trabalhadores, pois “[...] é de seu interesse ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente harmonizado, já que também o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina [...]” (Idem).

Do mesmo modo, toda iniciativa de luta ‘puritana’ originada na mentalidade industrial concentra os objetivos tão somente em manter a capacidade produtiva a ponto do proibicionismo do álcool se tornar uma questão de Estado. Mesmo os altos salários, podem evocar conceitos altamente éticos como os de justiça e são compreendidos como mecanismos de racionalização e treinamento. Assim, os altos salários funcionavam como forma de garantir, de um lado, a seleção dos melhores trabalhadores e, de outro, o controle do seu comportamento.

Outro aspecto que Gramsci observa é a defasagem da moralidade quando às classes populares, às quais se aplicam os valores ‘puritanos’ e proibicionistas, enquanto para as classes superiores a moralidade é mais flexível. Particularmente, chama a atenção sobre a tendência de



controle da sexualidade dos trabalhadores tendo como resultado mais evidente a monogamia nas classes populares. Já nas outras classes, o número de divórcios é mais numeroso. Para Gramsci outro indício sobre essa defasagem são os ‘concursos de Miss’, que demonstram, dentre outras coisas, a ociosidade das mulheres das classes dominantes e os mecanismos de acordos e relações comerciais entre as oligarquias mediados por casamentos arranjados.

O que observamos nessas breves abordagens é que a questão essencial da relação de certo “moralismo” / “puritanismo” se aprofunda no período industrial como salvaguarda e proteção da energia do trabalhador para o processo produtivo. A identidade que se pretende desenvolver no nível fragmentário de ação subjetiva busca enquadrar uma moral particular no mundo do trabalho e outras nas esferas dos grupos e classes dominantes.

A ética é uma temática que, apesar de não estar sistematizada, percorre a obra gramsciana e se apresentada como expressão da “vontade coletiva”, no conflito de classes, e suas derivações são apresentadas como revolução ou como conformismo. A subjetividade como cultura coletiva irá se desenvolver em cada período histórico, trazendo em si as dimensões múltiplas das relações de resistências e/ou conformismos.

O momento do industrialismo moderno é considerado o mais avançado, de um lado, ao tornar a dinâmica do trabalho humano muito mais complexa, inserida em relações de controle da autonomia das classes subalternas, e de outro, ao permitir o desenvolvimento de subjetividades coletivas, representadas nos diversos movimentos dos grupos urbanos e/ou rurais.

Na sequência trataremos de algumas questões esparsas sobre ética nos *Quaderni*, que se somam a uma visão integral de Gramsci sobre a filosofia e a política.

QUESTÕES ESPARSAS SOBRE ÉTICA NOS *QUADERNI*

A primeira delas está relacionada a vida privada, envolvendo amigos, familiares, dentre outros nos conflitos cotidianos. Gramsci questiona a respeito das estranhas reações, normalmente irracionais, entre sujeitos que estão mais próximos uns dos outros, indicando que estas são mais ressentidas quando se aguarda da outra parte o dever moral de atuar de modo solidário. Essas reações são analisadas a partir da expressão ‘briga de irmãos, faca nas mãos’. Nas palavras de Gramsci: “não

há razão para surpreender-se com a ferocidade nas lutas e nos ódios entre os que são próximos [...]; o contrário seria surpreendente, ou seja, a indiferença e a insensibilidade moral, como acontece nos choques entre inimigos declarados” (Q 14, § 50, p. 1708).

Destacamos também uma crítica gramsciana a respeito do idealismo de Benedetto Croce¹⁰ e o equívoco de buscar uma ética típica de ‘intelectuais’ para influir nas condutas populares:

Croce é realmente uma espécie de papa laico, mas a moral de Croce é muito para intelectuais, muito do tipo Renascimento, não podendo tornar-se popular, ao passo que o papa e sua doutrina influenciam massas intermináveis do povo através de máximas de conduta que se referem até as coisas mais elementares (Q 10, § 41, p. 1307).

As motivações éticas e morais que mobilizam as populações não se rendem as abstrações intelectuais, mas nascem do cotidiano, entrecortadas por valores do senso comum, com acento na perspectiva religiosa. A ironia de Gramsci ao idealismo Crociano é exatamente no sentido de mostrar que entre um papa leigo idealista e um religioso, esse segundo tem mais capacidade de se tornar popular em suas máximas éticas e morais.

Sobre o tema da liberdade, apesar de Gramsci não o ter aprofundado, cabe destacar o que é trazido no *Quaderni* 6:

[esta]... deve ser acompanhada pela de responsabilidade que gera a disciplina, e não imediatamente a disciplina, que neste caso se compreende como imposta de fora, como limitação forçada da liberdade. Responsabilidade contra arbítrio individual: só é liberdade aquela ‘responsável’, ou seja, ‘universal’, na medida em que se propõe como aspecto individual de uma ‘liberdade’ coletiva ou de grupo, como expressão individual de uma lei (Q 6, § 11, p. 692).

Assim como indica Andrade (2007 p. 167):

A liberdade e a autonomia são possíveis apenas no âmbito da ação política. É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma

¹⁰ Benedetto Croce, nasceu em Pescasseroli/It. em 1866 e faleceu em Nápolis/It. em 1952. Historiador italiano, escritor de um conjunto de obras nos campos ético, estético, filosófico e histórico. Dedicou-se a analisar a história italiana a partir da perspectiva liberal-idealista, sustentada nas relações de poderes entre os indivíduos e instituições. Influenciou Gramsci nas leituras da realidade italiana, sendo um dos mais importantes interlocutores para os escritos dos *Quaderni*.



econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral.

Ou seja, a liberdade ganha sentido na construção coletiva de um projeto de hegemonia dos grupos e classes subalternos mobilizados pela utopia da ideia-limite, na transformação das contradições sociais.

Afora esses aspectos, como indicamos ao longo do texto e mais precisamente no início deste item conclusivo, a ética em Gramsci está diretamente relacionada à política mirando uma reforma moral e intelectual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto observamos que a temática da ética em Gramsci está vinculada centralmente na relação com a política. Há em Gramsci o elemento prático transformador, vinculado à vontade na intrincada dialética da relação entre história e política. A vontade coletiva é a ação política que se realiza quando as condições objetivas estão postas, na perspectiva da reforma intelectual e moral. O aspecto transformador da práxis gramsciana se apresenta na reforma intelectual e moral, sustentada na história e na capacidade de modificá-la.

Como não existe natureza humana pré-existente, mas história, na qual a ação e a subjetividade humana vão sendo construídas, o fundamento da concepção ética de Gramsci só pode ser encontrado numa visão aberta e problematizadora. Gramsci combaterá todas as formas de concepção idealista, naturalista, cética, fatalista, mecanicista e positivista em termos teóricos e práticos, ou seja, no campo da gnosiologia e da ação (Buttigieg, 1998). A *filosofia da práxis* sendo uma visão própria e abrangente de mundo é capaz de incorporar os aspectos filosóficos e éticos na ação transformadora da realidade (Semeraro, 2011). Ela se articula na unidade do pensar e do agir, na direção daquilo que lembra Tortorella (1998), a ‘Utopia como ideia-limite’, impulsionando a passagem do “reino da necessidade para o reino da liberdade”. A inspiração para o reino da liberdade se sustenta na formação de grupos intelectuais para uma nova ética (Vásquez, 2002). Por isso a *filosofia da práxis* não se encerra como concepção de mundo, mas como concepção comum, do homem comum, pois nela estão integradas as dimensões da ética individual e coletiva.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Walter. O “Moderno Príncipe” Gramsciano: Ética e Política. *Humanidades em Diálogo*, vol. 1, n. 1, nov., p. 167-178, 2007.

BUTTIGIEG, Joseph. O método de Gramsci. Site Gramsci e o Brasil, 1998. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Disponível em: <https://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=290> Acessado em 15 de março de 2014.

_____. Joseph. Ler e estudar Gramsci no novo milênio. *Revista Outubro*, n. 29, p.7-22, novembro de 2017.

CACCIATORE, Giuseppe. Problemas de ética em los cuadernos. *Telos*, Espanha, v. 6, n. 3, p. 351-362, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. O conceito de vontade coletiva em Gramsci. *Revista Katálisis*. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 32-40, jan./jun. 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione crítica dell’ Instituto Gramsci a cura de Valentino Gerratana, Torino: **Einaudi**, 1975. Edizione Elettronica a cura dell’ Internacional Gramsci Society.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007.

LUKÁCS, Georg. A autocrítica do marxismo. Entrevista concedida a Leandro Konder. **Jornal do Brasil**, p. 1-5, Rio de Janeiro, Domingo, 24, e segunda-feira, 25 de agosto de 1969. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/05/A-autocritica-do-marxismo.pdf> Acesso em 18 de dezembro de 2018.

MONTILLA, Omar. **Antonio Gramsci: El Puño de Gramsci Gulliveriana**. Escrito extraído de un curso que fue dictado por el profesor Fernández Buey en la Universidad Pompeu Fabra (Barcelona, España), 2012.

SEMERARO, Giovanni. A “Utopia” do Estado Ético em Gramsci e os novos movimentos populares. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá, v. 20, n. 44, p. 465-480, 2011.

TORTORELLA, Aldo. O fundamento ético da política em Gramsci. **Lua Nova**, n. 43, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451998000100006> Acesso em 13 de setembro de 2017.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Recebido em: 15 de abril de 2025.

Aprovado em: 20 de agosto de 2025.